

RESENHA TEMÁTICA:
SCHMINCK, Marianne E WOOD, Charles
The “Political Ecology” of Amazonia, 1989.

Maria das Graças Silva Nascimento Silva¹

Uma das grandes preocupações da humanidade é com relação aos recursos comuns, como é caso dos recursos hídricos disponíveis, que não são infinitos. Como gerenciá-los?

A água é um desses recursos comuns que tem uso múltiplo, que vai desde o consumo humano e animais até a produção de alimentos, de energia e outros.

HARDIN, alerta para que esses recursos comuns não se torne em uma tragédia, é necessário que se previna por diferentes meios, com leis coercitivas ou com impostos. E um dos grandes desafios que se enfrenta é elaborar os meios coercitivos necessários para que os usuários cumpram. Essas questões são características de Recursos Comuns, criar regras quando se trata de Excluibilidade (dificuldade de excluir o outros) e de Subtrabilidade (uso de um, afeta o outro).

O maior problema colocado é o crescimento populacional desordenado em alguns países e em alguns lugares uma alta densidade demográfica, isso colocaria em risco qualquer planejamento de uso racional desses recursos comuns. Vejamos como esses recursos estão sendo gerenciados na Amazônia, a partir da ótica de SCHMINCK (1989.) no artigo A “Ecologia Política” na Amazônia.

Com a política de incentivos fiscais para atrair empresários para investir na Amazônia nas décadas de 70 e 80, percebe-se que as mesmas não promovem o uso racional desses recursos naturais disponíveis e sim uma devastação destes, e ainda entrando em conflito com a população já existentes na Amazônia: índios, seringueiros, caboclos e ribeirinhos. Estes, por sua vez desenvolvem ao longo do tempo estratégia de utilização de recursos naturais, e foram totalmente alijados dos planejadores desse desenvolvimento.

¹ Aluna do Doutorado Interistucional em Desenvolvimento do Trópico Úmido UNIR/UFPA/NAEA.

Estas formas de exploração estão de acordo com a política ambiental (conservação e sustentabilidade). E quando há desastre ecológico, ele é sempre atenuado pelo sucesso econômico e político.

Os autores colocam 2 formas de Organização Sociopolítica na Amazônia, com princípios diferentes: Um baseado na Subsistência ou reprodução Simples e o outro baseado na expansão produção e acumulação privada. As duas formas implicam na apropriação humana e do ambiente natural. A reprodução simples vai se dar pelos: Grupos indígenas, Grupos de Camponeses, Grupos de Caboclos e ribeirinhos, esses por sua vez têm um modo de produção baseado na subsistência, e pouca relação com o mercado

A lógica de produção expandida, é a exploração de todos os recursos da natureza. O governo não interfere com os mecanismos de regulação ambiental natural, que estão sendo explorado ao máximo. Nesse caso incluem fazendeiros, camponeses, rancheiros, todos devastam sem considerar a vida selvagem e os grupos indígenas. Existem também as empresas e garimpeiros em busca de ouro e outras pedras preciosas. E com isso trás a poluição.

A degradação ambiental é um processo racional. Existem grupos econômicos tem muitas influências no legislativo, no setor econômico, financeiro.

E nesse sentido é necessário que se mude a política de utilização de recursos. Que se faça uma política de intervenção.

As populações locais, e principalmente, a indígena estão sempre em conflito com esses empreendedores, os territórios indígenas estão sempre ameaçados, e eles ficam cada vez mas confinados em espaços menores, estão ficando sedentários e perdendo a capacidade de gerenciar os recursos sustentavelmente. Os caboclos e os ribeirinhos são invisíveis dentro de qualquer política de desenvolvimento e conseqüentemente, suas práticas ecológicas são ignoradas.

O Estado está sempre “neutro” nas questões de conflitos com as populações tradicionais e no mal funcionamento do mercado, ele é ineficiente nestas questões, porque quando é acionado para mediar geralmente, vai estar a serviço dos grandes grupos econômicos.

Os séculos XIX e XX foram marcado pela economia de extração dos produtos da floresta, mas também outros investimentos foram realizados (POLONOROESTE), bem como outras formas de exploração, como o ouro e

outros minerais (Carajás). Nesses investimentos do governo, está sempre embutido os interesses dos grupos econômicos.

Só nas décadas de 80 e 90, com declínio dos recursos, volta-se o debate para a conservação, onde são criados Parques e Reservas e algumas delas são monitoradas. São criados modelos de ocupação da terra na Amazônia já pensando a sua sustentabilidade, nesse caso, não pensando nas populações tradicionais, mas em outros atores.

Segundo os autores o que vai moldar os sistemas sociais é sistema de produção e que por sua vez é determinada pela acumulação privada. E que estão ligadas as classes, grupos de interesses sociais, e são os que têm sempre a força nas políticas públicas. E a política ambiental terá sempre esses interesses.

Para mudar esse cenário será necessário implementar novos projetos de Intervenção, para alterar o modo como esses recursos são explorados, os mesmos devem passar por uma avaliação completa do ponto de vista da política econômica global de uma sociedade. Esse projeto político de Intervenção deverá vir acompanhado de um Programa de Trabalho, explicitando, os recursos que serão utilizados, que serão baseados em avaliação social e ecológica.